



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**



EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA, EM REGIME PRESENCIAL E EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – 2017

Nome:

Inscrição nº:

P R O V A

Porto Velho, 13 de fevereiro de 2017



Instruções Gerais/Leia com atenção:

- 1) Você recebeu sua Folha de Respostas, e este Caderno contendo 60 questões objetivas.
- 2) A duração da prova é de 3 (três) horas, já incluído o tempo para a transcrição das respostas definitivas.
- 3) O candidato só poderá deixar a sala após decorridos 60 minutos do início da prova.
- 2) Verifique se as questões estão legíveis e sem rasura.
- 3) Para cada questão, existe somente uma alternativa correta.
- 4) Marque as respostas à caneta (azul/preta) na folha de respostas, a qual não poderá ser substituída, sendo o preenchimento de total responsabilidade do candidato.
- 5) Será considerada nula a questão que estiver em branco ou que tiver mais de uma alternativa assinalada, ou rasurada.
- 6) Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- 7) Durante a prova, não será permitido ao candidato, o uso de aparelhos celulares, *smartphones*, *tablets*, computadores, e outro aparelhos eletrônicos, devendo estes permanecer desligados.
- 8) Ao término da prova, entregue a Folha de Respostas ao responsável pela sala.
- 9) Guarde o sinal do fiscal de provas para a abertura deste Caderno de Questões.

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA, EM REGIME PRESENCIAL E EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – 2017

Direito Administrativo

1) No que se refere ao poder discricionário da Administração, julgue os itens a seguir e aponte quais deles são verdadeiros (V) ou falsos (F):

I- O administrador fica inteiramente preso ao enunciado da lei, não deixando nenhuma margem de liberdade para uma apreciação subjetiva.

II- Permite a realização de um juízo de valor, de conveniência e oportunidade.

III- Só pode ser exercido nos estritos limites previstos em lei, mas o administrador possui liberdade para atuar, sem, contudo, agir com arbitrariedade.

IV- É aquele conferido ao administrador para ordenar e rever a atuação dos agentes, estabelecendo entre eles uma relação de subordinação.

- a) V, F, F e V
- b) F, V, V e F
- c) F, V, F, V
- d) Todos são verdadeiros
- e) Todos são falsos

2) Quanto à licitação, é incorreto afirmar:

- a) É dispensável nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) É inexigível quando houver inviabilidade de competição.
- c) Possui, como modalidades, a concorrência; a tomada de preços; o convite; o concurso e o leilão.
- d) É vedada a sua realização quando o objeto licitado inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- e) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade sempre gera obrigação de indenizar.

3) As repartições públicas constituem:

- a) Bem de uso comum.
- b) Bem de uso especial.
- c) Bem dominical.
- d) Bem desafetado.
- e) Bem dominial.

4) No que diz respeito à autarquia, assinale a assertiva correta:

- a) É pessoa jurídica de Direito Público, criada para a prestação de serviços públicos, contando com capital exclusivamente privado.
- b) Não possui autonomia administrativa e financeira, sendo dependentes em relação à Administração Direta.
- c) Somente pode ser criada por lei específica, de iniciativa do Poder Executivo.
- d) Usufrui de alguns privilégios processuais, previstos no Código de Processo Civil, como o prazo em dobro para se manifestar nos autos, não gozando, contudo, de imunidade tributária.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

5) Não configura um dos requisitos de validade do ato administrativo:

- a) Competência.
- b) Forma.
- c) Tipicidade.
- d) Motivo.
- e) Objeto.

6) Caracteriza causa que atenua a responsabilidade do Estado:

- a) A culpa de terceiro.
- b) A culpa concorrente da vítima.
- c) O caso fortuito.
- d) A força maior.
- e) A culpa exclusiva da vítima.

Direito Eleitoral

7) Não é competência dos juízes eleitorais:

- a) Determinar a inscrição e a exclusão de eleitores;
- b) Expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitores;
- c) Dividir a zona em seções eleitorais;
- d) Apurar, no prazo de dez dias, as eleições realizadas nas zonas eleitorais sob a sua jurisdição.
- e) Ordenar o registro e cassação do registro aos cargos eletivos municipais.

8) Serão registrados:

I – No Tribunal Superior Eleitoral os candidatos a Presidente da República e a Governador;

II – Nos Tribunais Regionais Eleitorais os candidatos a Prefeito e a Deputado Federal;

III – Nos Juízes Eleitorais os candidatos a vereador e a juiz de paz.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I;
- b) Apenas a assertiva II;
- c) Apenas a assertiva III;
- d) Apenas as assertivas I e III;
- e) Apenas as assertivas II e III.

Direito Ambiental

9) De acordo com a Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo sua natureza jurídica:

- a) um patrimônio público federal.
- b) bem de uso comum do povo.
- c) um patrimônio público estadual.
- d) bem de uso especial.
- e) bem dominical.

10) Nos termos da Constituição Federal, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, é competência:

- a) exclusiva da União.
- b) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) privativa da União.
- d) suplementar dos Estados.
- e) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Direito Civil

11) Assinale a alternativa correta.

A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Entretanto, para aqueles que ainda não atingiram esta idade, a incapacidade cessará:

- a) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, sendo que, neste último caso, é obrigatória a homologação judicial;
- b) Pelo casamento, realizado em cartório civil e confirmação em cerimônia religiosa;
- c) Pela colação de grau em ensino médio;

d) Pelo exercício de emprego público efetivo;

e) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, ainda que, o menor com dezesseis anos completos não tenha economia própria.

12) Consideram-se bens móveis:

I – As energias que tenham valor econômico;

II – Os direitos reais sobre os objetos móveis e as ações correspondentes;

III - Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações;

IV - Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, sendo que readquiram a qualidade de bens móveis os provenientes da demolição de algum prédio;

Em relação a afirmação acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos;
- b) Apenas os itens I e II estão incorretos;
- c) Apenas os itens III e IV estão corretos;
- d) Todos os itens estão corretos;
- e) Todos os itens estão incorretos;

13) Assinale a alternativa correta.

A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

- a) Por despacho do juiz exclusivamente competente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;
- b) Por qualquer modalidade de protesto, desde que registrado em termo da primeira audiência que ocorrer no processo;
- c) Por protesto cambial, desde que haja ação anterior já distribuída;
- d) Por qualquer ato judicial que constitua em mora o credor;
- e) Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

14) No que se refere ao contrato de compra e venda, sob pena de nulidade, não podem ser comprados, ainda que em hasta pública:

I – pelos tutores, curadores, testamenteiros e administradores, os bens confiados à sua guarda ou administração;

II - pelos irmãos, bens pertencentes a outros irmãos consanguíneos, ainda que todos sejam maiores e tenha autorização, por escrito, de pelo menos um dos genitores;

III – pelos servidores públicos, em geral, os bens ou direitos da pessoa jurídica a que servirem, ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

IV – pelos juízes, secretários de tribunais, arbitradores, peritos e outros serventuários ou auxiliares da justiça, os bens ou direitos sobre que se litigar em tribunal, juízo ou conselho, no lugar onde servirem, ou a que se estender a sua autoridade;

V – pelos leiloeiros e seus prepostos, os bens de cuja venda estejam encarregados;

Em relação a afirmação acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está incorreto;
- b) Apenas o item II está incorreto;
- c) Apenas o item III está incorreto;
- d) Apenas o item IV está incorreto;
- e) Apenas o item V está incorreto.

15) Não devem casar:

I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros;

II - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal;

III - o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal;

IV - o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, ou tiver decorrido o prazo de dez anos de seu início.

Em relação a afirmação acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está incorreto;
- b) Apenas o item II está incorreto;
- c) Apenas o item III está incorreto;
- d) Apenas o item IV está incorreto;
- e) Todos os itens estão incorretos.

16) São requisitos essenciais do testamento público:

I - ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, podendo este servir-se de minuta, notas ou apontamentos;

II - lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a cinco testemunhas, independentemente de estarem presentes ao mesmo tempo ou não; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;

III - ser o instrumento, em seguida à leitura, assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião.

Em relação a afirmação acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está incorreto;
- b) Apenas o item II está incorreto;
- c) Apenas o item III está incorreto;
- d) Apenas os itens I e II estão incorretos;
- e) Apenas o item I e III estão incorretos.

Direito Constitucional

17) Qual o número de suplentes eleitos com cada Senador?

- a) Um;
- b) Dois;
- c) Três;
- d) Quatro;
- e) Cinco.

18) O requerimento para instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito deverá ser respaldado por:

- a) 1/5 dos membros de cada Casa;
- b) 2/3 dos líderes de partido ou bloco partidário;
- c) Metade dos membros da Casa respectiva;
- d) 1/3 dos membros de cada Casa ou do Congresso;
- e) 1/3 dos líderes dos partidos blocos partidários.

19) A emenda à Constituição será promulgada:

- a) Pelo Presidente da República;
- b) Pelo Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- c) Pelo Presidente do Congresso Nacional;
- d) Pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- e) Nenhuma das alternativas.

20) Pelo texto constitucional, o Presidente da República poderá vetar um projeto:

- a) Apenas totalmente;
- b) Apenas parcialmente;
- c) No todo ou em parte;
- d) Sem explicitar as razões;
- e) Nenhuma das alternativas.

21) A organização administrativa e o provimento de cargos do Judiciário é função:

- a) Do Presidente da República;
- b) Do Próprio Poder Judiciário;
- c) Do Poder Legislativo, por meio de Lei Complementar;
- d) Do Poder Legislativo, mediante lei ordinária;
- e) Exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

22) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de:

- a) Onze Ministros;
- b) Doze Ministros;
- c) No mínimo, vinte e sete Ministros;
- d) Vinte e sete Ministros;
- e) No mínimo, trinta e três Ministros.

Direito do Consumidor

23) De acordo com as disposições gerais do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa incorreta:

- a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- b) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- c) Considera-se produto o bem móvel e material, excluindo-se o bem imóvel e imaterial.
- d) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- e) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

24) No que tange a publicidade prevista no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- a) A publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.
- b) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária não cabe a quem as patrocina.
- c) A publicidade é abusiva por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.
- d) É abusiva qualquer modalidade de informação ou

comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

e) É enganosa, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

25) Com relação a proteção contratual prevista no CDC, é incorreto afirmar que:

- a) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 30 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- b) A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.
- c) São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que determinem a utilização compulsória de arbitragem.
- d) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
- e) Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

26) A respeito dos direitos básicos do consumidor previstos no CDC, considere as seguintes assertivas:

I - O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: sua apresentação; o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; e a época em que foi colocado em circulação.

II - O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: o modo de seu fornecimento; o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; e a época em que foi fornecido.

III - A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

IV - Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do

serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir da data da aquisição do produto ou execução do serviço.

Está correto o que consta:

- a) apenas nas assertivas I e II
- b) todas as assertivas estão corretas
- c) apenas nas assertivas III e IV
- d) apenas nas assertivas I, II e IV
- e) apenas nas assertivas I, II e III

Direito Penal

27) O art. 4º do Código Penal Brasileiro, dispõe que se considera “praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado”. Em relação ao tempo do crime, o referido Código adotou:

- a) a teoria mista.
- b) a teoria da atividade.
- c) a teoria da ubiquidade.
- d) a teoria do resultado.
- e) nenhuma das alternativas.

28) De acordo com a lei penal brasileira, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu:

- a) a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, conforme a teoria do resultado.
- b) a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, conforme a teoria da atividade.
- c) apenas a ação ilícita onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, conforme a teoria da atividade.
- d) a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, conforme a teoria da ubiquidade.
- e) nenhuma das alternativas.

29) Conforme disposto no Código Penal, o peculato:

- a) é um crime contra a Administração Pública, praticado pelo funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.
- b) é um crime contra o patrimônio, praticado por qualquer pessoa que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.
- c) mediante erro de outrem, consiste apenas na

apropriação de dinheiro que um indivíduo pode receber por erro de outrem.

d) culposo restará configurado quando o funcionário não concorre para o crime de outrem.

e) é um crime contra o patrimônio, praticado pelo funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.

30) Segundo o Código Penal, são crimes contra o patrimônio:

- a) furto, roubo, peculato e extorsão.
- b) furto, roubo, concussão e apropriação indébita.
- c) descaminho, peculato e corrupção ativa.
- d) furto, roubo, extorsão e latrocínio.
- e) estelionato, receptação e concussão.

31) Em relação aos crimes contra a honra, assinale a alternativa correta:

- a) a difamação consiste na imputação falsa de fato definido como crime, enquanto que a calúnia ocorre quando imputa-se fato ofensivo à reputação de alguém.
- b) a exceção da verdade é admitida na calúnia e injúria, mas não na difamação.
- c) não constituem injúria ou difamação punível, a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.
- d) o querelado que, antes do trânsito em julgado, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena.
- e) Configura-se o crime de calúnia o ato praticado por Alfa, que com o intuito de ofender a honra objetiva de Beta, sua diarista, a acusa de ter roubado todas as suas joias. Por sua vez, pratica o crime de difamação, Gama que sem nenhum motivo, ofende a honra subjetiva de Delta, abalando sua autoestima, ao utilizar palavras depreciativas, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.

32) A respeito dos crimes hediondos (Lei n. 8.072/90), considere:

I – São considerados hediondos os seguintes crimes: homicídio quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio; latrocínio; falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais; e genocídio.

II – A pena por crime hediondo será cumprida integralmente em regime fechado.

III – Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança.

Está correto o que consta:

- a) apenas na assertiva I.

- b) apenas nas assertivas II e III.
- c) todas as assertivas estão corretas.
- d) apenas nas assertivas I e III.
- e) todas as assertivas estão erradas.

Direito Processual Civil

33) No que se refere a jurisdição, seguindo a regra do Código de Processo Civil, é incorreto afirmar:

- a) A jurisdição civil é regida pelas normas brasileiras;
- b) São aplicáveis disposições específicas previstas em tratados, de que o Brasil seja parte;
- c) São aplicáveis disposições específicas previstas em convenções, ainda que o Brasil não seja parte;
- d) São aplicáveis disposições específicas previstas em acordos internacionais, de que o Brasil seja parte;
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

34) Assinale a alternativa correta.

Qual o momento da fixação da competência?

- a) No momento do registro ou da distribuição da petição inicial;
- b) No momento em que o juiz, prevento, despacha pela primeira vez;
- c) No momento que qualquer juiz profere o despacho inicial;
- d) A competência somente é fixada depois da citação válida;
- e) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

35) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação:

- I - que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens;
- II - resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles;
- III - fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família;
- IV - que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.

No que se refere a afirmação acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto;
- b) Apenas os itens II e III estão corretos;
- c) Apenas os itens III e IV estão corretos;
- d) Apenas o item IV está correto;

e. Todos os itens estão corretos.

36) Assinale a alternativa correta.

Não tramitam em segredo de justiça, por não seguir a regra de que os atos processuais são públicos, os processos:

- a) Em que o exija o interesse público ou social;
- b) Que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;
- c) Em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à liberdade de consciência e de crença;
- d) Que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo;
- e) Todas as alternativas estão corretas.

37) Assinale a alternativa correta.

Não é recurso previsto no Código de Processo Civil:

- a) Apelação;
- b) Agravo de instrumento;
- c) Correição parcial;
- d) Recurso ordinário;
- e) Recurso extraordinário.

38) Assinale a alternativa correta.

Têm legitimidade para propor a ação rescisória:

- a) Quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular;
- b) O terceiro juridicamente interessado;
- c) O Ministério Público;
- d) A Defensoria Pública, em nome próprio, desde que representando interesses de incapazes;
- e) Aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

Direito Processual Penal

39) Sobre a acareação, é incorreto afirmar:

- a) O indiciado poderá se recusar a participar dos atos de reconstituição do crime e de acareação, sem que da recusa decorra qualquer presunção de culpabilidade ou inversão do ônus da prova.
- b) É permitida se uma das pessoas acareadas residir em outra Comarca, podendo ser realizada por meio de carta precatória.

c) É admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

d) É meio de prova admitido no inquérito policial e em juízo, sendo os acareados reperegrados para que expliquem os pontos de divergência, reduzindo-se a termo o ato de acareação.

e) Se ausente alguma testemunha, cujas declarações diverjam das de outra, sempre haverá a expedição de precatória à autoridade do lugar onde reside a testemunha ausente, ainda que importe em demora prejudicial ao processo.

40) A respeito da competência, assinale a opção correta:

a) Determinam a competência jurisdicional, apenas, o lugar ou a natureza da infração; o domicílio ou a residência do réu; a distribuição e a conexão.

b) Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado seu paradeiro, será competente o juiz do último domicílio conhecido deste.

c) Se, não obstante a conexão ou continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juízes, salvo se já tiverem com sentença definitiva.

d) No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, o juízo nacional nunca será competente para julgá-lo.

e) A competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, ao mesmo tempo e no mesmo lugar.

41) Quanto aos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito policial será iniciado:

a) De ofício.

b) Apenas mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

c) Mediante representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representa-lo.

d) Por requisição exclusiva do Ministério Público.

e) Nenhuma das alternativas.

42) No julgamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri, não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz:

a) Absolverá sumariamente o réu.

b) Impronunciará o acusado.

c) Desclassificará o crime para sua forma culposa.

d) Pronunciará o acusado.

e) Nenhuma das alternativas está correta.

43) A revisão dos processos findos será admitida:

a) Somente quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal.

b) Quando a sentença absolutória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.

c) Quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.

d) Apenas antes da extinção da pena.

e) Nenhuma das alternativas está correta.

44) Sobre o incidente de insanidade mental, marque a alternativa correta:

a) Para facilitar o exame, o juiz determinará sejam os autos entregues aos peritos.

b) O exame poderá ser ordenado ainda na fase de inquérito, mediante requerimento do acusado.

c) Se se verificar que a doença mental sobreveio à infração o processo ficará suspenso até que o acusado se restabeleça.

d) Se a insanidade mental sobrevier no curso da execução da pena, o sentenciado cumprirá pena em prisão domiciliar.

e) Havendo dúvida quanto à integridade mental do acusado, este se submeterá a exame médico-legal, por ordem do juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do ofendido.

Juizado Especiais

45) Sobre os Juizados Especiais, não é correto afirmar:

a) A Lei n. 9.099/1995 preocupou-se em atribuir ao Juizado Criminal as fases de conciliação, de julgamento e de execução de suas decisões. Contudo, quanto a esta, sua competência é limitada à pena de multa, conforme dispõe o artigo 84;

b) A Turma Recursal será integrada por três Juízes em exercício no segundo grau de jurisdição;

c) Contra as decisões de rejeição da denúncia ou da queixa e da sentença caberá recurso de apelação;

d) A Lei n. 9.099/1995 provocou uma verdadeira revolução no sistema processual ao permitir a discussão da reparação do dano no processo perante o Juizado Criminal;

e) A oralidade propicia a institucionalização de um espaço pré-processual em que os envolvidos expressem seus sentimentos, extravasando suas mágoas e aparando suas arestas, de modo até a atingir a pacificação social, que é o objetivo primeiro do Direito.

d) a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.

e) a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

46) No Juizado Especial Cível, para evitar a extinção do processo sem julgamento do mérito, quando o réu falecer, o autor deverá promover a citação dos sucessores, após a ciência do fato, no prazo de:

- a) 24 horas;
- b) 48 horas;
- c) 5 dias;
- d) 10 dias;
- e) 30 dias.

49) Sobre os títulos de crédito, assinale a alternativa incorreta:

- a) O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei.
- b) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- c) Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente.
- d) Não se considera à vista o título de crédito que não contenha indicação de vencimento.
- e) Considera-se lugar de emissão e de pagamento, quando não indicado no título, o domicílio do emitente.

Direito Empresarial

47) Sobre a sociedade em comum, assinale a alternativa incorreta:

- a) A atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- b) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples.
- c) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- d) Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresse limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.
- e) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.

50) A Lei n. 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, não se aplica:

- a) a empresa pública e sociedade de economia mista.
- b) as sociedades anônimas em geral.
- c) a sociedade de responsabilidade limitada.
- d) a sociedade em nome coletivo.
- e) a EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Direito Tributário

51) Com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- b) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- c) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, inclusive a multa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação,

48) Não se dissolve a sociedade quando ocorrer:

- a) o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.
- b) o consenso unânime dos sócios pela preservação da sociedade.
- c) a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.

sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.

e) Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

52) Considere as seguintes assertivas e assinale a alternativa que corretamente as correlaciona às respectivas espécies tributárias:

I - Compete exclusivamente à União, e podem ser sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

II - É o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

III - Cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

IV - Somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituí-los: guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; e conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

V - Cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

As assertivas correspondem, respectivamente a:

a) Taxas, impostos, contribuições de melhoria, contribuições, empréstimos compulsórios.

b) Taxas, impostos, contribuições, empréstimos compulsórios, contribuições de melhoria.

c) Contribuições, taxas, impostos, empréstimos compulsórios, contribuições de melhoria.

d) Empréstimos compulsórios, impostos, contribuições de melhoria, taxas e contribuições.

e) Contribuições, impostos, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, taxas.

53) Assinale a alternativa incorreta:

a) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

b) A dívida regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

c) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros.

d) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente a data em que foi inscrita.

e) A dívida regularmente inscrita goza de presunção relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

54) "Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário _____, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível." (Art. 142 CTN)

Assinale a alternativa que corretamente preenche o espaço em branco no dispositivo legal acima transcrito:

a) pela obrigação tributária

b) pela dívida ativa

c) pelo lançamento

d) pela subsunção do fato gerador

e) por substituição tributária

Hermenêutica

55) Sobre os métodos de interpretação da norma jurídica, não é correto afirmar:

a) O método de interpretação histórico busca os fins sociais e bens comuns das normas, dando-lhes certa autonomia em relação ao tempo que ela foi feita.

b) A interpretação sociológica é aquela decorrente do aprimoramento das ciências sociais, de modo que a regra pode ser compreendida nos contextos de sua aplicação, quais sejam o das relações sociais, de modo que o jurista terá um elemento necessário a mais para considerar quando da apreciação dos casos concretos ante a norma.

c) O método teleológico trata da interpretação do Direito (seu objeto), que pode - e deve - passar por uma leitura constitucional e política.

d) O método sistemático considera em qual sistema se insere a norma, relacionando-a às outras normas pertinentes ao mesmo objeto, bem como aos princípios orientadores da matéria e demais elementos que venham a fortalecer a interpretação de modo integrado, e não isolado.

e) O método literal ou gramatical visa o sentido do texto normativo, com base nas regras comuns da língua, de modo a se extrair dos sentidos oferecidos pela linguagem ordinária os sentidos imediatos das palavras empregadas pelo legislador.

LOMAN e Estatuto da OAB

56) São direitos da advogada gestante, exceto:

- a) A entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.
- b) A reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.
- c) A preferência na ordem das sustentações orais a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição;
- d) A suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, pelo tempo que durar a gravidez, desde que haja notificação por escrito ao cliente.
- e) A preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição;

57) Segundo a LOMAN, responderá por perdas e danos o magistrado, quando:

- I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;
- II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar o ofício, ou a requerimento das partes.
- III - exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar.

Sobre as assertivas, assinale a resposta correta:

- a) Apenas uma está correta.
- b) Duas estão incorretas.
- c) Apenas III está incorreta.
- d) Todas estão incorretas.
- e) Apenas II está incorreta.

Deontologia e ética

58) Sobre a conduta do advogado e do magistrado, no exercício de suas funções, assinale a alternativa correta:

- a) O advogado deve proceder de forma a contribuir para o seu próprio prestígio.
- b) O receio de desagradar a magistrado ou a qualquer autoridade, e de incorrer em impopularidade, deve deter o advogado no exercício da profissão.
- c) O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo, excetuada a culpa.
- d) É vedado ao magistrado exercer o comércio ou

participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou quotista.

e) O magistrado deve residir na sede da Comarca, podendo dela se ausentar, sem autorização, por até 10 dias.

59) Leia as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta:

I - A deontologia jurídica estuda os deveres e direitos dos operadores do direito, tendo por premissas a ética e a moral do exercício da profissão.

II - É vedado ao magistrado manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério.

III - Constitui infração disciplinar do advogado deturpar o teor de dispositivo de lei, de citação doutrinária ou de julgado, bem como de depoimentos, documentos e alegações da parte contrária, para confundir o adversário ou iludir o juiz da causa.

- a) apenas II está correta.
- b) apenas I e II estão corretas.
- c) apenas I e III estão corretas.
- d) apenas II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

60) Julgue as assertivas sobre direito intertemporal (V ou F):

I - As disposições de direito probatório adotadas no CPC/2015 aplicam-se apenas às provas requeridas ou determinadas de ofício a partir da data de início de sua vigência.

II - Os atos processuais praticados por meio eletrônico até a transição definitiva para certificação digital ficam convalidados, ainda que não tenham observado os requisitos mínimos estabelecidos pelo Código de Processo Civil de 2015, desde que tenham atingido sua finalidade e não tenha havido prejuízo à defesa de qualquer das partes.

III - Ao entrar em vigor o novo CPC, aplicam-se desde logo suas disposições aos processos pendentes, ficando revogada a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

- a) V, V, V
- b) V, F, V
- c) V, F, F
- d) F, F, F
- e) F, F, V



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

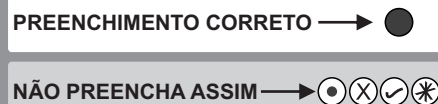


EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA, EM REGIME PRESENCIAL E EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – 2017

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

1. USE EXCLUSIVAMENTE CANETA ESFEROGRÁFICA COMUM AZUL/PRETO.
2. NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE ESTA FOLHA.
3. NÃO FAÇA QUALQUER MARCA OU ANOTAÇÃO FORA DOS LOCAIS PREVISTOS.
4. PREENCHA, COMO INDICADO AO LADO, A ALTERNATIVA CONSIDERADA CORRETA.



Nome:

Inscrição nº:

CPF

RG

CARTÃO RESPOSTA

QUESTÕES 01 a 15		QUESTÕES 16 a 30		QUESTÕES 31 a 45		QUESTÕES 46 a 60	
01	(A)(B)(C)(D)(E)	16	(A)(B)(C)(D)(E)	31	(A)(B)(C)(D)(E)	46	(A)(B)(C)(D)(E)
02	(A)(B)(C)(D)(E)	17	(A)(B)(C)(D)(E)	32	(A)(B)(C)(D)(E)	47	(A)(B)(C)(D)(E)
03	(A)(B)(C)(D)(E)	18	(A)(B)(C)(D)(E)	33	(A)(B)(C)(D)(E)	48	(A)(B)(C)(D)(E)
04	(A)(B)(C)(D)(E)	19	(A)(B)(C)(D)(E)	34	(A)(B)(C)(D)(E)	49	(A)(B)(C)(D)(E)
05	(A)(B)(C)(D)(E)	20	(A)(B)(C)(D)(E)	35	(A)(B)(C)(D)(E)	50	(A)(B)(C)(D)(E)
06	(A)(B)(C)(D)(E)	21	(A)(B)(C)(D)(E)	36	(A)(B)(C)(D)(E)	51	(A)(B)(C)(D)(E)
07	(A)(B)(C)(D)(E)	22	(A)(B)(C)(D)(E)	37	(A)(B)(C)(D)(E)	52	(A)(B)(C)(D)(E)
08	(A)(B)(C)(D)(E)	23	(A)(B)(C)(D)(E)	38	(A)(B)(C)(D)(E)	53	(A)(B)(C)(D)(E)
09	(A)(B)(C)(D)(E)	24	(A)(B)(C)(D)(E)	39	(A)(B)(C)(D)(E)	54	(A)(B)(C)(D)(E)
10	(A)(B)(C)(D)(E)	25	(A)(B)(C)(D)(E)	40	(A)(B)(C)(D)(E)	55	(A)(B)(C)(D)(E)
11	(A)(B)(C)(D)(E)	26	(A)(B)(C)(D)(E)	41	(A)(B)(C)(D)(E)	56	(A)(B)(C)(D)(E)
12	(A)(B)(C)(D)(E)	27	(A)(B)(C)(D)(E)	42	(A)(B)(C)(D)(E)	57	(A)(B)(C)(D)(E)
13	(A)(B)(C)(D)(E)	28	(A)(B)(C)(D)(E)	43	(A)(B)(C)(D)(E)	58	(A)(B)(C)(D)(E)
14	(A)(B)(C)(D)(E)	29	(A)(B)(C)(D)(E)	44	(A)(B)(C)(D)(E)	59	(A)(B)(C)(D)(E)
15	(A)(B)(C)(D)(E)	30	(A)(B)(C)(D)(E)	45	(A)(B)(C)(D)(E)	60	(A)(B)(C)(D)(E)

NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE ESTA FOLHA.